

PRÁTICAS EDUCATIVAS EM UMA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO INFANTO JUVENIL EM FOZ DO IGUAÇU-PR

Ana Flávia da Silva¹
Francisca Paula Soares Maia²

Resumo:

O presente estudo apresenta a percepção das mães sociais de uma Casa Lar em Foz do Iguaçu-PR acerca das práticas educativas vivenciadas no cotidiano dessa instituição. As Casas Lares promovem acolhimento à crianças e adolescentes que por motivos adversos foram retiradas do convívio familiar e passam a viver temporariamente nessas instituições. A pesquisa se refere a um recorte da dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento (PPGPPD) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), o objetivo é apresentar os resultados obtidos durante a pesquisa de mestrado acerca da percepção de atores da Casa Lar acerca das práticas educativas. Trata-se de um estudo com abordagem qualitativa, os dados foram obtidos com a aplicação de um questionário semiestruturado, via formulário *google (Google Forms)* respondido pelas mães sociais de uma Casa Lar do município de Foz do Iguaçu. Os resultados da pesquisa apontam que as mães consideram os pais como os principais responsáveis pelas práticas educativas e formação identitária de crianças e adolescentes, mesmo estando responsáveis por crianças e adolescentes que vivenciaram situações adversas no ambiente familiar. Assim, ressaltamos a importância de práticas educativas emancipadoras e positivas no ambiente de acolhimento, bem como a importância de formação contínua e maior apoio do poder público ao trabalho desenvolvido nas casas lares.

Palavras-chave: Acolhimento. Casa Lar. Práticas Educativas.

PRÁCTICAS EDUCATIVAS EN UNA INSTITUCIÓN DE CUIDADO INFANTIL EN FOZ DO IGUAÇU-PR

Resumen:

El presente estudio presenta la percepción de madres sociales de una Casa Lar en Foz do Iguaçu-PR sobre las prácticas educativas vividas en el cotidiano de esa institución. Casas Lares brinda atención a niños, niñas y adolescentes que por razones adversas fueron apartados de la vida familiar y comienzan a vivir temporalmente en estas instituciones. La investigación hace referencia a un extracto de la tesis de maestría presentada al Programa de Posgrado en Políticas Públicas y Desarrollo (PPGPPD) de la Universidad Federal de la Integración Latinoamericana (Unila), el objetivo es presentar los resultados obtenidos durante la investigación de maestría sobre la percepción de los actores de Casa Lar respecto de las prácticas educativas. Se trata de un estudio con enfoque cualitativo, los datos fueron obtenidos mediante la aplicación de un cuestionario semiestruturado, a través de un formulario de Google (Google Forms) respondido por madres sociales de una Casa Lar en el municipio de Foz do Iguaçu. Los resultados de la investigación indican que las madres consideran a los padres como los principales responsables de las prácticas educativas y de la formación de la identidad de los niños y adolescentes, aunque sean responsables de niños y adolescentes que han vivido situaciones adversas en el entorno familiar. Por ello, destacamos la importancia de prácticas educativas emancipadoras y positivas en el entorno de acogida, así como la importancia de una formación continua y un mayor apoyo de las autoridades públicas a la labor realizada en las residencias de mayores.

Palabras clave: Recepción. Casa Lar. Práticas Educativas.

¹ Mestra pelo Programa de Políticas Públicas e Desenvolvimento da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Graduada em Antropologia - Diversidade cultural na América Latina. E-mail: ana.silva@aluno.unila.edu.br

² Possui graduação em Letras, licenciatura em Língua Portuguesa (1990), Mestrado (2003) e Doutorado em Estudos (Sócio)Linguísticos (2012) pela Universidade Federal de Minas Gerais. Pós-Doutorado em formação de professores de língua adicional pela Universidade Estadual de Londrina. Docente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento. E-mail: paula.maia@unila.edu.br.

1. Introdução

As práticas educativas ocorrem em ambientes formais, não formais e informais. Estão presentes nas relações sociais cotidianas; são fundamentais na formação identitária dos sujeitos e sofre influência da sociedade contemporânea (Almeida; Oliveira, 2014).

A educação não formal é aquela em que o processo de ensino e aprendizagem é pouco explorado pela educação formal, pois trata-se de uma educação fora do espaço escolar, ocorre nas instâncias de interação do sujeito, onde ele interage e sofre influências do mundo contemporâneo, acontece em diversos espaços como igrejas, sindicatos, bairros, organizações não governamentais, espaços culturais e interativos, entre outros (Almeida; Oliveira, 2014).

É na interação do sujeito com os ambientes formais e não formais de educação que constituímos nossa sociedade. Assim como os diversos ambientes formais, sistematizados de ensino, formam cidadãos para a vida, assim também ocorre em ambientes não formais, como nas Casas Lares.

A Casa Lar é um espaço de acolhimento, que pode abrigar até dez menores. Trata-se de um lar residencial que possui a “mãe social” (cuidador(a) residente) como responsável (BRASIL, 1987). As crianças e adolescentes em situação de acolhimento se encontram nessa condição quando seus direitos são violados ou ameaçados. As crianças e adolescentes acolhidos ficam sob os cuidados da família acolhedora, mediante decisão judicial, até que a família de origem se adeque aos requisitos básicos para que a criança seja reintegrada ao convívio familiar. Em casos de impossibilidade de retorno ao convívio familiar a criança e o adolescente podem permanecer abrigados até a maioridade (BRASIL, 1990).

As práticas educativas adotadas nas casas lares devem promover uma educação emancipatória e transformadora, para que crianças e adolescentes em situação de desabrigo estejam preparadas para o convívio social e para que novas perspectivas de vida possam ser visualizadas por esses acolhidos, visto que são retirados de situações de abandono, desprezo, violência, entre muitos outros.

Esse trabalho trata-se de um recorte da dissertação de mestrado intitulada “Práticas Educativas: concepções e desdobramentos em uma instituição de acolhimento Infantojuvenil em Foz do Iguaçu-PR”, onde foi possível coletar os dados que aqui serão apresentados acerca da percepção de mães sociais sobre as práticas educativas e a importância dessas para a formação do sujeito.

Essa pesquisa tem como objetivo apresentar as práticas educativas que permeiam as Casas Lares a partir da percepção de mães sociais.

Trata-se um estudo de abordagem qualitativa, os dados obtidos fazem parte da pesquisa realizada no ano de 2022, período de pandemia de Covid-19, com mães sociais de uma Casa Lar de Foz do Iguaçu, através da aplicação de um questionário semiestruturado elaborado e aplicado no formulário Google (*Google Forms*), respondido pelas mães sociais com auxílio da pesquisadora, seguindo todos os protocolos sanitários e distanciamento social exigidos no período pandêmico.

Será apresentado a seguir conceitos importantes para compreensão do tema e os resultados obtidos na pesquisa.

2. Instituições de acolhimento infantojuvenil – Casa Lar

A história de acolhimento infantil no Brasil e de assistência à primeira infância possui marcas históricas de abandono, desigualdade social e assistencialismo, as instituições eram criadas para acolher os órfãos, como a Roda dos Expostos, locais que permaneceram por anos em funcionamento no país, sobrevivia por doações, pois o poder público não financiava instituições de caridade (Jesus, 2022).

Em 18 de dezembro de 1987 foi promulgada a Lei nº 7.644, dispõe sobre a regulamentação da atividade da mãe social e dá outras providências, a referida Lei apresenta também as características das casas-lares:

Art. 1º - As instituições sem finalidade lucrativa, ou de utilidade pública de assistência ao menor abandonado, e que funcionem pelo sistema de casas-lares, utilizarão mães sociais visando a propiciar ao menor as condições familiares ideais ao seu desenvolvimento e reintegração social.

Art. 2º - Considera-se mãe social, para efeito desta Lei, aquela que, dedicando-se à assistência ao menor abandonado, exerça o encargo em nível social, dentro do sistema de casas-lares.

Art. 3º - Entende-se como casa-lar a unidade residencial sob responsabilidade de mãe social, que abrigue até 10 (dez) menores.

§ 1º - As casas-lares serão isoladas, formando, quando agrupadas, uma aldeia assistencial ou vila de menores.

§ 2º - A instituição fixará os limites de idade em que os menores ficarão sujeitos às casas-lares.

§ 3º - Para os efeitos dos benefícios previdenciários, os menores residentes nas casas-lares e nas Casas da Juventude são considerados dependentes da mãe social a que foram confiados pela instituição empregadora (BRASIL, 1987)

Ressalta-se ainda que a Casa Lar pode ser caracterizada como uma instituição pública ou privada, sem fins lucrativos, destinada ao cuidado de crianças e adolescentes retirados do convívio familiar, ou, que estão amparadas por medida de proteção.

No documento de “Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes” (Brasil, 2008) a casa Lar é definida como uma modalidade de serviço de acolhimento oferecido em unidades residenciais, com uma pessoa ou casal chamado de cuidador(a) ou educador(a) residente, essa pessoa ou casal cuida de um grupo de crianças e adolescentes sob medida protetiva de abrigo.

A Lei nº 7.644 dispõe sobre a mãe social:

Art. 4º - São atribuições da mãe social:

- I - propiciar o surgimento de condições próprias de uma família, orientando e assistindo os menores colocados sob seus cuidados;
- II - administrar o lar, realizando e organizando as tarefas a ele pertinentes;
- III - dedicar-se, com exclusividade, aos menores e à casa-lar que lhes forem confiados.

Parágrafo único. A mãe social, enquanto no desempenho de suas atribuições, deverá residir, juntamente com os menores que lhe forem confiados, na casa-lar que lhe for destinada.

Como previsto na referida Lei nº 7.644, a instituição pode oferecer até dez vagas, promove através de agente designado Mãe Social e outros profissionais como pedagogo, assistente social, psicólogo, entre outros, a segurança e os direitos básicos dos sujeitos abrigados, dentro de suas possibilidades legais e econômicas.

Em Foz do Iguaçu-PR há três instituições nesse caráter: 1) Aldeias Infantis – AI; 2) Casa de Proteção Temporária Acolher – CDPT (conhecida como Comunidade de Pequenos Trabalhadores); e 3) Casa Família Maria Porta do Céu – CMFP. A pesquisa foi realizada na Casa Lar Aldeias Infantis onde pudemos compreender a percepção das mães sociais sobre as práticas educativas.

3. Práticas Educativas

O processo de aprendizagem se inicia muito cedo, desde as primeiras interações, com objetos, com as relações interpessoais no ambiente familiar e no convívio com outras pessoas, as práticas educativas estão presentes na vida dos sujeitos de todas as formas (LIMA, et al. 2019). Seja em um contexto formal, informal ou não formal de educação, as práticas educativas é que promovem a formação humana para o convívio social, o que é aprendido e vivenciado em seu cotidiano forma a identidade dos sujeitos.

Assim, as principais instâncias de aprendizagem e formação do homem ocorrem no contexto familiar e em instituições das quais o sujeito participa, seja em igrejas, sindicatos, associações, clubes, grupos de leitura, entre inúmeras outras.

Segundo Carvalho e Gomide (2015) estilo parental são as metas, modelos, atitudes e práticas educativas utilizadas pelos pais como estratégias para promover a socialização dos filhos. O estilo parental é resultado das práticas educativas que podem ser positivas, relacionadas ao comportamento pró-social ou negativas, quando há o aparecimento do comportamento antissocial. A análise das práticas educativas positivas e negativas podem ser identificadas através de um índice de estilo parental (iep). Quando as práticas negativas superam as positivas o resultado é um estilo parental negativo.

Nessa senda, as práticas educativas parentais apresentam, portanto, duas vertentes que irão definir o comportamento dos filhos, de forma positiva ou negativa, promovendo o desenvolvimento de uma conduta pró-social ou antissocial, que influenciará fortemente na vida adulta e no futuro dos filhos.

É importante ressaltar que o convívio familiar não apresenta um ambiente favorável à formação de uma criança e/ou adolescente e estes são encontrados em situações de vulnerabilidade social ou de violência, é possível que as autoridades competentes encaminhem essas crianças ou adolescentes para casas de acolhimento, onde o que era vivenciado em seu contexto familiar é substituído por novas práticas educativas oferecidas em um contexto institucional.

De acordo com Almeida e Oliveira (2014) as práticas educativas institucionalizadas podem ocorrer em ambientes formais e não formais de educação. Os espaços formais são escolas, sistematizadas, que visam a construção de conhecimentos e que suprem as demandas da contemporaneidade.

Já a educação não escolar é um termo que se utiliza para tratar de práticas educativas do campo social, distintas daquelas que ocorrem no interior da escola. A educação ofertada em instituições de acolhimento busca assemelhar-se às práticas educativas vivenciadas no ambiente familiar, para suprir necessidades afetivas das crianças e adolescentes em situação de acolhimento.

A passagem de uma criança ou adolescente em uma instituição de acolhimento pode ser uma experiência frustrante, tanto pelas experiências vivenciadas no contexto familiar que levaram ao acolhimento, quanto em relação à ruptura do convívio com os pais, irmãos e outros familiares. “A infância torna-se indigna (os seus direitos não são garantidos), podendo até mesmo chegar a uma infância perdida (nem mesmo a sua humanidade é reconhecida)” (Poker, 2017, p. 8).

Na tentativa de minimizar os impactos negativos causados por essa ruptura e pelas marcas vividas no convívio familiar, as instituições de acolhimento devem utilizar práticas educativas emancipadoras, que considerem as necessidades e as marcas que as crianças e adolescentes carregam ao serem acolhidas. Essas crianças e adolescentes são também sujeitos inacabados, com identidades em construção, são sujeitos que podem, a partir de práticas educativas transformadoras, reconfigurarem suas histórias de vida e terem oportunidades de acesso e convívio nas esferas sociais.

Sendo assim, compreender a percepção dos atores de uma Casa Lar acerca das práticas educativas que esses utilizam no convívio com crianças e adolescentes abrigados faz com que percebamos a importância de ampliar as fronteiras dessa temática e buscar melhores condições de convívio, não só para as crianças e adolescentes, mas também para as mães sociais, que se dedicam de forma integral a esse trabalho de acolher e ser mãe substituta.

4. Resultados e Discussões da Pesquisa

A coleta de dados da pesquisa foi realizada na Casa Lar “Aldeias Infantis”, contribuíram para a realização deste estudo onze mães sociais que trabalham na instituição, além da aplicação do formulário Google para obtenção das respostas ao questionário semiestruturado aplicado, as mães sociais também participaram de uma roda de conversa, lembrando que a coleta de dados ocorreu no período de pandemia de Covid-19 e que todas as regras sanitárias para prevenir contaminação do vírus (como uso de máscaras faciais, distanciamento social e álcool em gel) foram seguidas.

Para a pesquisa foi utilizado o formato de escala tipo Likert, A escala é um método recomendado para medir em forma quantitativa ações e concepções qualitativas. Muito utilizada para mensurar percepções qualitativas por meio de perguntas fechadas (GIL,1987). Porém, os dados coletados aqui serão apresentados numa abordagem quanti-qualitativa a partir da elaboração de uma tabela onde será possível avaliar e contemplar de forma parcial os principais resultados coletados durante a pesquisa de mestrado.

Assim, a partir das respostas colhidas elaboramos uma tabela de fragmentação dos dados coletados para a construir uma nova compreensão acerca da percepção das mães sociais sobre as práticas educativas adotadas para a formação das crianças e adolescentes em situação de acolhimento.

Quadro 1 – Dados da pesquisa

PERGUNTAS	RESPOSTAS
Quem faz a prática educativa acontecer?	81,8% das mães sociais responderam que são os pais os principais responsáveis.
O que são práticas educativas para você?	90,9% das mães sociais responderam que a conversa é a melhor forma.
Sobre o quanto elas consideram saber e pensar sobre práticas educativas no cotidiano.	Em média 50% das mães sociais responderam que se preocupam com as práticas educativas.
A prática educativa é uma ação pontual e contínua.	90,9% das mães sociais responderam que as práticas educativas são ações pontuais e contínuas.
Prática educativa acontece no ambiente familiar.	72,7% consideram que ocorre no ambiente familiar.
Prática educativa acontece exclusivamente no ambiente escolar.	45,5% demonstram que não, porém 36,4% das mães sociais tomaram um posicionamento neutro sobre essa questão.
A prática educativa tem objetivo de...	45,5% das mães sociais acreditam que as práticas educativas têm o objetivo de construir identidades.
Qual melhor espaço para aplicar as práticas educativas?	63,6% consideram que o ambiente familiar é o melhor espaço para aplicação das práticas educativas.
Quando perguntado de forma aberta sobre o que imaginam ser prática educativa, obtivemos as seguintes respostas:	“Fala sobre ensino; educar e organização; trabalho do dia a dia na educação em todos os sentidos; ensinar e o bem-estar das crianças, bem cuidado e amor; ensinar de forma correta tudo sobre formar cidadãos; forma de ensino; ensinar a formação de cidadãos conscientes de sua participação na vida em sociedade, todas as ações praticadas; é saber ensinar e educar as crianças como se comportar em convívio com todos; uma prática para inserir crianças num âmbito geral, de acolhimento, afeto, lazer etc.; o jeito ou a forma de ensino, como você ensina”.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Considerando os dados da pesquisa e a troca de experiência vivenciada com as mães sociais durante a coleta de dados, considera-se que as mesmas possuem uma compreensão sobre o que é uma prática educativa e a importância desta para a formação da criança e do adolescente.

Quando perguntado sobre o que vinha a ser uma prática educativa as mães sociais associam ao ensino, educação e afetividade, vinculadas principalmente ao ambiente familiar, considerado por elas o espaço em que se efetiva a prática educativa.

As mães sociais consideram que as práticas educativas envolvem o cuidado, amor, afeto, ensino de regras sociais, convívio social, lazer e outras formas de ensino que contribuem para a formação cidadã da criança e/ou do adolescente.

Para 81,8% das mães sociais os pais são os principais responsáveis pelas práticas educativas, mas de forma contraditória, 45,5% demonstram que não, porém 36,4% das mães sociais tomaram um posicionamento neutro sobre essa questão, isso demonstra que mesmo as mães sociais confiando esse papel à família, a escola ainda aparece apontada como uma das responsáveis pela formação principal de criança e do adolescente, caso contrário esse percentual será mínimo, comparado a primeira resposta sobre o papel da família nas práticas educativas.

Nesse sentido, o diálogo aberto permitiu compreender a percepção das mães sociais sobre esse papel que elas exercem de “família substituta”, uma mãe ressaltou que uma das maiores dificuldades para exercer o trabalho diário seria a falta de uma autoridade, uma voz de comando, por exemplo: quando seu esposo estava presente na Casa as crianças obedeciam e se comportavam de outra maneira, mesmo ele não sendo cuidador. Isso demonstrou a reflexão feita a parti do cotidiano, esta mãe social disse que tem trabalhado para ter maior uma voz de autoridade. Outra mãe ressaltou que uma das dificuldades é a falta de rotina. Por exemplo, quando ocorre algum evento ou a troca de mãe social, faz com que as crianças e adolescentes saiam da rotina, o que dificulta o trabalho diário.

Essa percepção das mães sociais nos fazem perceber que as mesmas precisam elaborar em sua rotina métodos e estratégias para cuidar e educar as crianças e adolescentes acolhidas, 90,9% das mães apontam que a conversa é a melhor forma de aplicação das práticas educativas e que são ações contínuas, ou seja, as mães sociais possuem uma percepção da importância das práticas educativas para a formação identitária dos acolhidos e do trabalho que elas desempenham, pois lidam diretamente com medos, frustrações e angústias que essas crianças e adolescentes trazem do espaço familiar ao serem abrigadas.

Quando questionadas sobre o espaço de aplicação das práticas educativas 63,6% das mães sociais responderam ser o ambiente familiar, porém nas alternativas haviam outras opções como vara da infância, escola, centros esportivos, casa de detenção, etc., elas poderiam selecionar mais de uma opção, mas a grande maioria optou pelo ambiente familiar, isso nos faz perceber que as mães sociais, mesmo acolhendo crianças que viveram situações adversas no ambiente familiar, ainda consideram que este é o melhor espaço para formação do sujeito, o que também reflete num posicionamento de abstenção da responsabilidade que as mesmas possuem em relação à formação dessas crianças e adolescentes que ficam sob sua proteção e cuidado no período de acolhimento.

A Casa Lar é um ambiente não-formal de educação, nesse espaço as práticas educativas devem ser intencionais, ou seja, com um objetivo e método, porém não formalizadas em um currículo como no ambiente escolar.

Em relação às práticas educativas no ambiente de acolhimento, considerado um espaço de educação não-formal, as mães sociais precisam combater comportamentos antissociais, desenvolvidos nas práticas educativas parentais vivenciadas antes de estarem em situação de acolhimento, para isso é necessário que os educadores/cuidadores responsáveis pelas crianças e adolescentes nas instituições de acolhimento recebam capacitação, formação e instrução para acolher e intervir no processo de formação dessas crianças e adolescentes.

5. Conclusão

A elaboração da pesquisa permitiu a compreensão sobre a percepção das mães sociais acerca das práticas educativas e da importância dessas para a formação de crianças e adolescentes.

Foi possível observar que as mães sociais participantes da entrevista consideram que a prática educativa tem como objetivo a formação da identidade dos sujeitos. O que torna o trabalho desenvolvido por essas mães sociais ainda mais importante, pois além de exercerem influência na formação dos sujeitos acolhidos, ainda precisam intervir positivamente nas vivências negativas que essas crianças e adolescentes tiveram antes do acolhimento.

Portanto, é preciso abrir caminho para novas pesquisas acerca dessa temática e desenvolver possibilidades de formação contínua para as mães sociais, bem como melhores condições de trabalho, para que elas tenham a percepção da importância do trabalho desempenhado por elas na formação da identidade de crianças e adolescentes acolhidos.

As práticas educativas nas casas lares são ainda mais desafiadoras, pois trata-se de crianças e adolescentes que vivenciaram situações adversas e que precisam de um novo olhar, uma nova oportunidade e um novo caminho para seguir, não é uma tarefa simples, o que exige ainda mais esforços e dedicação ao abordarmos essa temática e buscarmos contribuições para novas práticas educativas nos ambientes de acolhimento.

Referências

ALMEIDA, M. S. B.; OLIVEIRA, S. S. **Educação não formal, informal e formal do conhecimento científico nos diferentes espaços de ensino e aprendizagem**. Os Desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE. Produções Didático Pedagógicas. Secretaria de Estado da Educação. Governo do Paraná, 2014.

BRASIL. **Lei nº 7.644**, de 18 de dezembro de 1987. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17644.htm#:~:text=LEI%20No%207.644%2C%20DE,Art. Acesso em: 20 de mar. de 2024.

BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990, Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. 1990.

CARVALHO, M. C. N.; GOMIDE, P. I. C. Práticas educativas parentais e famílias de adolescentes em conflito com a lei. **Estudos de Psicologia**, 22(3): 263-275, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/6vqxGq6VT9Pm7CmmnMscV9k/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 de mar. de 2024.

GIL, A.C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1987.

POKER, T. C. D. Práticas de identidade no sistema de acolhimento a crianças: a história de uma vida pós-abrigada. **Psicologia e Sociedade**, 29, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/8Zy4qzkVt7TsPv85qWcYwLH/?lang=pt#>. Acesso em: 20 de mar. de 2024.